



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Reunião de Instalação	Nº: 0889/02	DATA: 13/11/02
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 16h11min	DURAÇÃO: 1h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h06min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 14
REVISÃO: Anna Augusta, Antonio Morgado, Waldecíria		
CONCATENAÇÃO: Eliana Ramagem		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Instalação, eleição do Presidente e Vice-Presidentes da Comissão e indicação do Relator.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados para instalação da Comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes. Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos, como Parlamentar com maior número de mandatos, da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Esclareço que esta CPI terá dezoito Deputados titulares e igual número de suplentes. O *quorum* exigido para a eleição dos cargos é de dez Deputados, maioria absoluta. É importante que os nobres colegas permaneçam aqui no recinto até o término da reunião. Vamos começar o processo de votação. Os indicados, conforme as determinações das Lideranças partidárias, são: para Presidente o Deputado Luiz Ribeiro; para 1º Vice-Presidente o Deputado Asdrubal Bentes; para 2º Vice-Presidente o Deputado Fernando Gabeira; para 3º Vice-Presidente a indicação coube ao PPB, que ainda não nos deu o nome. Vamos começar o processo de votação. As cédulas resultantes do acordo de Lideranças já estão confeccionadas. Vou chamar o nome dos titulares e dos suplentes. Titulares: Átila Lins, Francisco Rodrigues, Luiz Ribeiro, Nilson Pinto, Ricarte de Freitas, Asdrubal Bentes, Moacir Micheletto, Nair Xavier Lobo, Fernando Gabeira, Luciano Zica, Augusto Farias, Augusto Nardes, Josué Bengtson, Rubens Bueno, Badu Picanço, Vanessa Grazziotin, Roberto Argenta. Suplentes: Darci Coelho, Francisco Garcia, Sérgio Barcellos, Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Feijão, Paulo Mourão, Waldemir Moka, Babá, João Grandão, Silas Câmara, Neiva Moreira, Almeida de Jesus.

(Processo de votação.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Nós estamos só aguardando a vinda de alguns Deputados, que já estão se dirigindo para cá. Vou reler o acordo feito entre as Lideranças: para Presidente, o indicado pelo PSDB é o Deputado Luiz Ribeiro; para 1º Vice-Presidente, Deputado Asdrubal Bentes; para 2º Vice-Presidente, foi indicado pelo PT o Deputado Fernando Gabeira; a indicação do 3º Vice-Presidente cabe ao PPB, que, no entanto, ainda não nos entregou o nome; também por acordo da Liderança, o Relator indicado foi o Deputado Sarney Filho, que está aqui, por força do Regimento, presidindo esta memorável sessão de instalação da Comissão.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Comunico a presença do Deputado Moacir Micheletto, para registro em nossa votação.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Onze Deputados já exerceram o direito do voto. Eu solicito a presença na Mesa do Deputado Rubens Bueno, para auxiliar a Presidência na apuração dos votos. Vamos começar então a apuração. Informo que o número de sobrecartas coincide com o número de votantes, onze. Solicito que o Deputado Rubens Bueno proceda à apuração dos votos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, são onze votos para Luiz Ribeiro, Presidente; onze votos para Asdrubal Bentes, 1º Vice-Presidente; e onze votos para Fernando Gabeira, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Encerro a apuração e proclamo o resultado da votação. Foi eleito Presidente, com onze votos, o Deputado



Luiz Ribeiro; 1º Vice-Presidente o Deputado Asdrubal Bentes; 2º Vice-Presidente o Deputado Fernando Gabeira. Convido o Deputado Luiz Ribeiro para assumir a Presidência da Comissão, e o declaro empossado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como primeiro ato na Presidência, lerei o requerimento para instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, de autoria do Deputado Rubens Bueno e outros. *“Sr. Presidente, requero de V.Exa., nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 35 do Regimento Interno, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no tráfico de plantas e animais silvestres da flora e fauna brasileiras, entre Estados da Federação e para o exterior. Justificação. Várias são as denúncias e indícios de que numerosos exemplares de fauna e flora brasileiras têm sido contrabandeadas entre os Estados da Federação e para o exterior. Quando se trata de tráfico interno, esses espécimes têm servido ao interesse de comerciantes inescrupulosos e de criadores e colecionadores desavisados ou desonestos, pondo em risco a sobrevivência dessas espécies. Quando, no entanto, trata-se de tráfico internacional, além dos riscos e ilegalidades inerentes ao tráfico interno, a situação toma contornos extremamente graves por caracterizar a chamada biopirataria, que tantos recursos e princípios naturais tem retirado de nosso País, em benefício de empresas químicas internacionais, sem quaisquer escrúpulos. As reportagens apresentadas pela imprensa nacional sobre o contrabando de espécies animais e vegetais reforçam também a idéia de que se justifica a preocupação desta Casa em conhecer e coibir essa prática criminosa.”* Foi esse, então, o requerimento do Deputado Rubens Bueno, com assinatura de 187 Srs. Deputados, o que demonstra interesse pelo tema despertado nesta Casa. Parabenizamos a iniciativa do



Deputado Rubens Bueno. Não posso deixar de agradecer ao meu partido, o PSDB, a indicação do meu nome a esta Presidência. Espero fazer jus à indicação. Nosso trabalho se afigura gigante, a princípio, até porque pouco se sabe e pouco se evoluiu nessa questão, mas é extremamente gratificante, enquanto, nós brasileiros, passamos por situações absurdas. Dificuldades de termos, como País, de, primeiro, justificar por que nossas fronteiras deverão ou deveriam ser mais vigiadas. E também por se tratar da terceira — e eu soube disso — atividade econômica ilícita, em termos de volume financeiro que se faz no mundo hoje. Designo o Deputado Sarney Filho como Relator desta Comissão. Convido S.Exa para compor a Mesa. Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito vem atender a muito daquilo que a própria imprensa brasileira vem denunciando. Nos 502 anos de História do Brasil — e não é diferente das Américas — a situação se agrava cada vez mais. Se voltarmos um pouco na História, veremos que desde a época de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral existe tráfico de animais, de plantas silvestres no Brasil e nas Américas. E para isso evidentemente tem que haver alguns dados, algumas informações, alguns números, controles, legislação adequada, e isso não acontece em relação ao nosso País. Aqui existe claramente quebra da soberania; aqui existe um prejuízo muito grande, predatório, à biodiversidade brasileira; aqui existe claramente um atentado àquilo que imaginamos fazer parte do passado, mas que continua muito presente. O tráfico de animais e plantas silvestres no Brasil é algo tão enraizado na história brasileira e não foi devidamente dimensionado. Por isso entendi que deveríamos instalar uma



Comissão Parlamentar de Inquérito. Para quê? Para investigar, para documentar, para levantar o maior número de informações possíveis, para, a partir daí, saber qual o encaminhamento administrativo apropriado através do Governo, qual o encaminhamento do ponto de vista legal através desta Casa e do Congresso Nacional e qual efetivamente o crime até aí apurado para que o Ministério Público tome as providências em defesa da sociedade e em defesa daquilo que entendemos ser muito rico a todos nós a partir da Constituição de 88 quando a cidadania se estabelece através do Ministério Público. Por isso, fico muito feliz e mais feliz ainda em saber que V.Exa., Deputado Luiz Ribeiro, foi eleito para presidir os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e mais feliz ainda quando V.Exa. nomeia o Deputado Sarney Filho como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele que foi Deputado por várias Legislaturas. Convivi com ele quando presidiu a Comissão Parlamentar do MERCOSUL, e lá éramos membro. E mais do que isso: Ministro da área respeitado por nós brasileiros e por organizações não-Governamentais; enfim, pelo trabalho que, na medida e além do possível, pôde realizar como Ministro de Estado. Por isso, fico muito feliz e gratificado em nesta oportunidade render minhas homenagens. Desejo que nesse curto espaço de tempo se dê o devido atendimento e atenção. Contem comigo para que tenhamos o trabalho o mais rápido possível e meritório na mãos de V.Exa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno. Passo a palavra ao nobre Relator, nosso eterno Ministro Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer também ao meu partido a indicação para Relator desta importante Comissão. Quero dizer que a nossa responsabilidade e a desta Comissão é muito



grande. Evidentemente eu, como Relator, seguirei a metodologia que sempre segui como presidente de inúmeras Comissões desta Casa e como Ministro também. Vamos convocar a participação da sociedade civil através das suas organizações — e aqui faço, desde já, uma referência muito especial à RENCTAS, cujo Presidente Dener Giovanini está presente. Quero dizer que eu não tenho ilusões de que o tráfico de animais silvestres e o tráfico de produtos da flora brasileira, pela vultosa soma de recursos que envolvem, considerado por muitos — e acho que está comprovado —, como o terceiro tráfico de maior rentabilidade só perdendo para o de droga e o de armas. Entendo que quando se trafica uma droga ou uma arma, a morte será gerada depois, ou seja, a droga produz a morte, a violência, o crime organizado; a arma também é um instrumento de morte. Mas quando se trafica um animal silvestre você já está traficando vidas. Acredito que essa é a grande diferença. E é através dessa perspectiva que poderemos convocar a sociedade, fazer um alerta e usarmos da repercussão que uma CPI dessa importância pode ter para alertar a sociedade e engajá-la nesta luta. Não tenho dúvida, como já disse, nem ilusões de que iremos resolver esse problema. Mas é importante que tornemos esse problema cada vez mais público e que convoquemos os atores do combate e da resolução desse problema. E é importante que se dê suporte político a ações efetivas que não cabem, evidentemente, ao Poder Legislativo e sim aos Executivos Municipais, Estaduais e Federal. Portanto, meu caro Presidente e autor da resolução, iremos preparar uma pequena proposta de roteiro que submeteremos, na próxima reunião nossa, acredito que semana que vem, e a partir daí vamos tentar colocar realmente esse problema na pauta das preocupações diárias dos brasileiros.



Eu acho importante também que tenhamos visibilidade através da imprensa falada, escrita e televisionada. E para isso, meu Presidente — nós quando estávamos discutindo sobre a participação de auxiliares técnicos da Comissão — ocorreu-me que poderíamos também convocar alguém ligado à imprensa para ser coordenador. Por quê? Não é que queiramos tirar proveito dessa publicidade que deve vir, mas é que a publicidade em si já é um benefício contra o tráfico de animais silvestres e contra o tráfico de produtos da flora brasileira. E também é minha idéia que essa relatoria seja auxiliada por dois ou três sub-relatores. E aí, desde já, quero dizer que o autor da proposta vai ser também por mim convidado a ajudar nessa tarefa — acho que tem todo o direito. Então, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar... — eu não sei aí regimentalmente se poderíamos já fazer — acho que temos pouco tempo para agir, nossos problemas e nossas áreas de atuação são enormes. E já existe um problema que está muito em pauta que é o problema do mogno. Agora mesmo o Brasil está participando de uma convenção internacional. Então, acho que é importante que não percamos essa oportunidade de, imediatamente, tratarmos ou pelo menos tomarmos conhecimento do que pensa o Governo brasileiro — segundo informações da imprensa, o Governo brasileiro não deseja assinar o Anexo II, que criaria mais dificuldades à exploração ilegal do mogno. Mas é lógico que precisamos ouvir. Não sei se já poderíamos convocar ou convidar, se for o caso — talvez a convocação não seja possível —, o Ministro do Meio Ambiente e o Presidente do IBAMA, membros do *Greenpeace*, a ONG que está tratando desse problema e, finalmente, um representante dos madeireiros para que possamos iniciar uma discussão a esse respeito e já colaborar efetivamente com essa gestão. Então, Sr.



Presidente, eram essas as palavras que gostaria de dizer. Mais uma vez agradeço a sua confiança e a dos companheiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Disso não tenho a menor dúvida. Aliás, temos a honra de ter um ex-Ministro falando de uma área que comandou durante tanto tempo. Antes de franquear a palavra aos membros, lembro que a próxima reunião será destinada à definição da agenda dos trabalhos. Sendo assim, solicito aos Deputados que desejem sugerir nomes a serem ouvidos em audiência pública, requerer diligências, tomar depoimento de autoridades e requisitar documentos que apresentem requerimento por escrito e devidamente instruído determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião, se na qualidade de testemunha ou convidado — estamos falando de CPI. No tocante aos requerimentos que solicitem quebra de sigilo, esses deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação justificando a real necessidade da medida. Os requerimentos serão numerados pela Secretaria. Atendendo decisão da Presidência da Casa, teremos que proceder à publicação na Ordem do Dia das Comissões para conhecimento prévio dos requerimentos a serem apreciados nas reuniões das Comissões. Cumprindo essa determinação, peço aos Deputados que encaminhem os requerimentos a serem pautados para as reuniões até às 16 horas do dia anterior. Com a palavra o Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS – Deputados e Deputadas, quero parabenizar V.Exa pela assunção ao cargo e o autor, Deputado Rubens Bueno, que ensejou essa CPI. Quero rapidamente dizer que esta Comissão vem em boa hora. Deveremos trabalhar de uma forma célere para que, em meados de dezembro, já tenhamos alguma coisa bem fundamentada, bem agilizada e bem



consubstanciada e, principalmente, se for o caso até caminhar para sua conclusão, apesar do prazo exíguo. Quero acrescentar à lista apresentada pelo Deputado José Sarney Filho a entidade denominada RENCTAS, Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. Alguns membros inclusive estão presentes aqui hoje, mas vou fazê-lo regimentalmente, por escrito. Se já for relacionar, gostaria de pedir a sua assessoria que já o fizesse. Satisfeito por estar aqui, vou trabalhar junto ao meu partido, o PL, para que faça parte ainda hoje desta importante Comissão. Parabéns, Deputado Luiz Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Apenas fazendo um reparo, o Ministro Sarney Filho também se referiu à RENCTAS, prestando-lhe o valor que ela realmente tem.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Só um esclarecimento, Presidente. Eu estava me referindo especificamente ao mogno. Neste caso, como não temos tempo e também não temos número para deliberar agora — é evidente que o Presidente, ao longo desse trabalho, vai estabelecer uma sistemática de votação —, enquanto isso que já tomemos iniciativa e para isso peço que tratemos logo do assunto mogno, porque precisamente nesta semana está havendo convenção internacional sobre produtos em extinção, contencioso sobre madeira. Então, há uma demanda da sociedade civil brasileira de que o mogno seja incluído no Anexo II, o que dificultaria mais a sua comercialização, demanda essa que eu pessoalmente compartilho. Mas, me parece, pelo que tenho lido nos jornais, é que o Governo brasileiro está contra. Então, como faz parte dos nossos trabalhos, e por ser uma questão urgente, sugiro que se ouçam, mesmo que não seja por convocatória — o



Presidente pode encontrar uma solução —, as partes envolvidas para que possamos opinar sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Talvez uma reunião informal, porque é realmente importante. Urge, é uma questão urgente. Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, gostaria de, antes de mais nada, justificar minha ausência no início da reunião, pois estava cumprindo outros compromissos. Quero aproveitar essa oportunidade para saudar não apenas V.Exa. que acaba de ser escolhido como Presidente desta tão importante CPI, assim como o Relator, Deputado Sarney Filho, e deixar um cumprimento especial ao Deputado que aqui representa o Paraná pelo seu espírito de brasilidade e conhecimento amplo que tem do Brasil ao apresentar proposta de instalação de CPI tão importante quanto essa que se instala no dia de hoje. E dizer que, e V.Exa. já leu algumas informações, já estamos trabalhando para apresentar algumas sugestões a esta Comissão. Por exemplo, ouvirmos algumas instituições e órgãos que certamente poderão trazer muitas contribuições. E a partir daí, Sr. Presidente, eu penso que teríamos, desde já, de pensar em alguns deslocamentos desta Comissão, principalmente para a Região Amazônica, onde, sem dúvida alguma, e o Deputado, ex-Ministro do Meio Ambiente deve saber melhor do que eu, mais se apresentam problemas com relação à biopirataria. Enfim, quero dizer que estamos nesta CPI com o objetivo de dar a nossa contribuição, a nossa colaboração. E eu tenho clara a importância desta CPI; a importância no sentido de que possamos colaborar de uma forma ou de outra para minimizar esse problema que é muito sério e que infelizmente o Governo brasileiro — não faço uma crítica ao



ex-Ministro do Meio Ambiente, mas à conduta geral do Governo, e geral por uma série de razões. Primeiro, porque não pode, é impossível, haver controle de todo recurso natural de que dispõe nossa Nação sem se ter um órgão fiscalizador, fortalecido com um número suficiente de servidores. Não é essa a realidade do IBAMA, que, mesmo tendo aberto concurso recentemente, vive ainda dificuldade muito grande. Esse é um dos aspectos levantados. Outro aspecto levantado é a própria legislação que regulamenta o acesso ao patrimônio genético. A Senadora Marina Silva apresentou há mais de seis anos a primeira proposta ao Congresso Nacional e que até hoje não foi resolvida. E no meio dos debates de uma Comissão Especial, que havia sido instalada na Câmara dos Deputados, o Governo Federal edita medida provisória regulamentando acesso aos recursos naturais e ao patrimônio genético brasileiro. Enfim, acho que são esses os aspectos; não são poucos nem pequenos os problemas, são esparsos e dispersos. Mas, todos temos que fazer um esforço para que esta CPI tenha um trabalho produtivo e ajude nosso País, não apenas investigando aquilo que já ocorreu, desmontando qualquer tipo de ação ilícita e ilegal que aconteça no Brasil, mas apontando caminhos. Essa também é a função de qualquer CPI. Agradeço a V.Exa. e quero dizer que estamos dispostos a colaborar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esta Presidência tem certeza disso, Deputada Vanessa Grazziotin. Não sei se o Deputado Almeida de Jesus quer fazer uso da palavra. E já com essas iniciais intervenções dos Deputados e Deputadas, na realidade, nos afloram alguns problemas que são emergentes para a Comissão. Vamos, com certeza, ser atropelados pelos acontecimentos e devemos evitar isso. Esta questão do mogno, por exemplo, é uma forma. Devemos agir



imediatamente para não sermos atropelados por decisões em que essa CPI de repente não possa interferir. Então, acho que inicialmente podemos já designar o Deputado Sarney Filho, e os demais que quiserem, para iniciar gestões com relação à questão do mogno, para uma reunião não-oficial — não podemos fazer isso hoje, hoje, apenas faremos a instalação, eleição e etc. Ele marcaria, nos chamaria e, então, comunicaríamos todos os Deputados. Quem quiser participar para se inteirar, acho importante para não perdermos muito tempo. Temos três aspectos com os quais o Relator precisa ficar atento e nós também. Na Comissão, o próprio nome já diz: fauna e flora. São assuntos que embora o mecanismo — não sei, a CPI mostrará no decorrer dos trabalhos — possa até ser contrabando de patrimônio genético ou de fauna ou de flora realizado pelas mesmas organizações. Mas, poderíamos pensar em três subcomissões iniciais. Uma de legislação, para consolidar a legislação existente e também para propor outra forma de observar a questão legal, como falou a Deputada Vanessa Grazziotin; a segunda, de fauna; e a terceira, de flora. Porque aí essas subcomissões teriam mais liberdade. Essas três Comissões quando estiverem conversando sobre esse tema darão mais opiniões. Mas acho que dividindo nessas três subcomissões, avançaremos mais rápido, teremos agilidade. Segundo, poderemos nos especializar mais em determinados aspectos e pontos. Como foi falado para vocês, estamos absolutamente à disposição. Iniciem o mais rápido possível gestões em seus Estados com pessoas que conheçam. A opinião do Deputado Sarney Filho com relação à imprensa acho extremamente cabível. Porque, se fizermos um grande trabalho e o Brasil não souber que tem alguém tratando disso, correremos o risco de não haver uma conscientização que também é importante. Nós vamos propor punições, mas



também precisamos propor a conscientização, buscar a conscientização e estar sempre ao lado daquelas pessoas que sempre fizeram isso na vida, tomaram determinadas atitudes que sempre foram normais para elas, sempre foi algo do dia-a-dia delas. Então, precisamos avançar nisso. Eu acho que criando essas três subcomissões, que será a proposta da Presidência, semana que vem, avançamos. Já designamos o Deputado Sarney Filho, Relator da Comissão, para iniciar as gestões de encaminhamento na questão do mogno. E na próxima semana, por favor, até terça-feira, às 16 horas, daremos entrada nos requerimentos. Isso é importante para agilização dos trabalhos.

(Não identificado) – Então, será quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Será na próxima quarta-feira, às 14h30min, aqui mesmo neste plenário. Qualquer modificação, os Deputados, com certeza, serão comunicados. Sem mais a tratar, que Deus nos proteja nessa tarefa.